continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

20. Patrimônio líquido: O patrimônio líquido estava assim composto: i. Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, é de R$ 81.657 mil (R$ 72.576 mil, em 31 de dezembro de 2022) composto por 988.954 ações sem valor nominal, sendo 329.651 ações ordinárias e 659.303 mil ações preferenciais sem direito a voto, todas de classe única sem valor nominal e inconversíveis de uma espécie em outra. As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam de prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da companhia. ii. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social, totalizando em 31 de dezembro de 2023 o valor de R$ 16.331 mil (R$ 14.515 mil, em 31 de dezembro de 2022). iii. Reserva de incentivos fiscais: Refere-se à parcela isenta do imposto de renda de acordo com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o lucro da exploração da companhia, conforme Laudo Constitutivo nº 0135/2019 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. O saldo existente nesta reserva, em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 10.334 mil (R$ 10.199 mil, em 31 de dezembro de 2022), será utilizado para aumento de capital mediante aprovação em assembleia de acionistas, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas sob a forma de dividendos. iv. Reserva para reinvestimento: O benefício consiste em depósitos, em conta vinculada do Banco do Nordeste do Brasil, referente a 30% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios. Em 2023, a companhia efetuou depósitos mensais para o incentivo fiscal de reinvestimento, de acordo com a Lei nº 5.508/1968, conforme nota explicativa nº 09. O valor correspondente ao incentivo fiscal será utilizado para aumento de capital deliberado em assembleia de acionista, sendo vedada a sua distribuição na forma de dividendos. **21. Conciliação da receita bruta e receita líquida da venda de gás e serviços:** A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta de venda gás e serviços		
Gás Automotivo	96.927	119.294
Gás Industrial	449.158	528.966
Gás Residencial	33.343	32.521
Gás Comercial	24.004	23.611
Serviços	14	26
Subtotal	**603.446**	**704.418**
(-) Vendas canceladas	(55)	(490)
(-) Tributos sobre vendas	(85.721)	(96.496)
Receita líquida da venda de gás e serviços	**517.670**	**607.432**

22. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados: Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados foram:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo das mercadorias vendidas	411.921	509.145
Pessoal	7.034	6.494
Amortização	15.700	13.093
Outros	4.312	4.608
Total	**438.967**	**533.340**

O custo do gás natural por segmento (custo das mercadorias vendidas) foi o seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Gás Automotivo	53.838	72.572
Gás Industrial	335.985	409.391
Gás Residencial	8.275	9.236
Gás Comercial	9.088	9.838
Outros	4.735	8.108
Total	**411.921**	**509.145**

23. Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas estavam assim compostas:

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	15.879	13.966
Serviços de terceiros	3.454	3.669
Gerais e administrativas	1.722	1.319
Amortização/depreciação	1.477	1.555
Aluguéis	259	300
Viagens e representação	627	296
Outras	4.848	3.906
Total	**28.266**	**25.011**

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: Estavam compostas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas com penalidade contratual	246	5.186
Outras receitas	350	361
Outras receitas	**596**	**5.547**
Despesas com penalidade contratual	–	(45)
Despesas c/ estimativa de perdas c/ créd. de liq. duvidosa	(89)	(540)
Perda na atualização de operações de crédito	–	(317)
Outras despesas	(150)	(707)
Outras despesas	**(239)**	**(1.609)**
Total	**357**	**3.938**

25. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras e as despesas financeiras estavam assim representadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de aplicações financeiras	10.520	9.362
Juros e multa	1.044	1.422
Outras receitas financeiras	352	512
Receitas financeiras	**11.916**	**11.296**
Juros e taxas sobre financiamentos	(712)	(1.119)
Juros, multa, descontos e variação cambial	(368)	(118)
Outras despesas financeiras	(1.204)	(553)
Despesas financeiras	**(2.284)**	**(1.790)**
Total	**9.632**	**9.506**

26. Imposto de renda e contribuição social: Em 29 de novembro de 2019, foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Laudo Constitutivo 0135/2019, que concedeu a companhia o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicional não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, em função da capacidade instalada do empreendimento de 583.999.992 m3/ano, por um prazo de 10 (dez) anos, contados a partir do ano calendário de 2019, encerrando em 31 de dezembro de 2028, considerando as atividades de produção, de tratamento e de distribuição do gás natural em tubulações. Conforme disposição da Lei nº 11.638/2007, o valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração foi contabilizado diretamente no resultado da companhia, na rubrica de imposto de renda. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado é transferida para a reserva de lucros, em atendimento ao item 15B do CPC 07 - Subvenção e assistência governamentais. A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IR	CSLL	IR	CSLL
			(Reapresentado)	
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	55.273	55.273	58.049	58.049
Adições e exclusões:				
Provisões não dedutíveis/arrendamento	1.013	1.013	1.120	1.120
JSCP	(6.372)	(6.372)	(6.216)	(6.216)
	49.914	49.914	52.953	52.953
Alíquota efetiva do IRPJ e da CSLL	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	12.454	4.492	13.214	4.766
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício				
Incentivo Fiscal PAT	(99)	–	(39)	–
Imposto de renda corrente	12.355	4.492	13.175	4.766
(–) Incentivos fiscais SUDENE	(9.216)	–	(9.827)	–
Imposto de renda e contribuição social devidos	**3.139**	**4.492**	**3.348**	**4.766**

27. Lucro por ação: O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da companhia, pela quantidade dessas ações. A companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. Não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.
No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2023	31/12/2022
		(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	47.642	49.935
Total de ações ordinárias e preferenciais (qtde/mil)	988.954	878.978
Lucro /ação	**0,048**	**0,057**

28. Transações com partes relacionadas
A companhia efetuou operações com partes relacionadas e cujos principais saldos e transações estão resumidas a seguir:

	Norgás S/A. (*)		Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.		Estado de Alagoas		SESAU/ UNCISAL		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo										
Circulante										
Contas a receber/ Clientes	–	–	–	–	–	–	167	159	167	159
Total do ativo	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**167**	**159**	**167**	**159**
Passivo circulante										
Dividendos JSCP a pagar	2.612	2.789	3.683	3.932	2.857	3.024	–	–	9.152	9.746
Total do passivo	**2.612**	**2.789**	**3.683**	**3.932**	**2.857**	**3.024**	**–**	**–**	**9.152**	**9.746**
Resultado										
Compras (**)	–	63.247	–	–	–	–	–	–	–	63.247

(*) 2022 - Norgás S/A. e Commit Gás S/A. (**) Se refere às compras, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, junto a Petróleo Brasileiro S/A, e que em meados de julho de 2022 deixou de ser parte relacionada, em função do exposto adiante nesta nota explicativa. As relações existentes entre a companhia e suas partes relacionadas estão a seguir descritas: Estado de Alagoas: Acionista da companhia com participação de 29,06% do capital social. Indica o diretor presidente, cujo pagamento é realizado diretamente pela companhia ao ocupante do cargo, procedimento esse que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em assembleia geral de acionistas da companhia. SESAU/ UNCISAL: Mantém com a companhia relações comerciais, como cliente do segmento comercial. Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.: Acionista da companhia com participação de 41,50% do capital social. Indica um dos diretores, cuja remuneração é paga diretamente pelo acionista, cabendo à companhia efetuar pagamentos mensais a título de reembolso, inclusive dos encargos e benefícios, procedimento esse que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em assembleia geral de acionistas da companhia. Norgás S/A: Com a efetivação da cisão parcial da sociedade entre Compass Gás e Energia S/A e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda, aprovada em 09 de outubro de 2023, e a consequente criação da Norgás S/A, esta última passou a ser acionista da companhia em substituição à Commit Gás S/A, com participação de 29,44% do capital social. A Norgás S/A indica um dos diretores, cuja remuneração é paga diretamente pelo acionista, cabendo à companhia efetuar os pagamentos mensais a título de reembolso, inclusive dos encargos e benefícios, procedimentos esse que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em assembleia geral de acionistas da companhia. **29. Remuneração dos administradores e conselheiros:** A companhia possui 3 (três) diretores, sendo um diretor presidente, uma diretora administrativa e financeira e um diretor técnico e comercial. O conselho de administração é composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) de indicação do acionista Estado de Alagoas, 1 (um) indicado pelo acionista Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda - MGEB, 1 (um) indicado pelo acionista Norgás S/A, 1 (um) indicado pelos acionistas minoritários, e o conselheiro empregado eleito por voto direto dos empregados da companhia. O valor de seus honorários é fixado em assembleia de acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2023 a despesa com honorários dos diretores administradores somou R$ 1.376 mil (R$ 1.170 mil, em 2022), com o conselho de administração o montante de R$ 632 mil (R$ 583 mil, em 2022) e o conselho fiscal o valor de R$ 262 mil (R$ 235 mil, em 2022). **30. Instrumentos financeiros:** No período findo em 31 de dezembro de 2023, a companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não ser aqueles constantes das demonstrações financeiras intermediárias, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas. As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: Risco de crédito: Decorre da possibilidade da companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A administração, de acordo com a política interna da companhia, apenas poderá manter depósitos à vista ou investimentos com instituições financeiras estatais, desde que elas atendam aos critérios mínimos de classificação de riscos fixados internamente, excepcionalmente a companhia poderá manter depósitos à vista em instituições privadas, quando necessário para a obtenção de empréstimos bancários, constituição de garantias para empréstimos e constituição de conta garantida. A companhia tem risco de concentração em um único cliente no percentual estimado de 60% de suas vendas. Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da companhia incorrer em perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A companhia não capta recursos no mercado financeiro, à exceção do financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, conforme nota explicativa nº 16, para financiamento de obras de infraestrutura de porte. Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela companhia para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A companhia não possui operações em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita a esse tipo de risco. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros, e que a companhia utiliza para financiar suas operações. Derivativos: A companhia não operou com derivativos no exercício e não possui correlatos de derivativos em aberto na data dessas demonstrações financeiras. **31. Compromissos vinculados ao contrato de concessão:** De acordo com o Contrato de Concessão para Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Alagoas, firmado entre a companhia e o Estado de Alagoas, são obrigações da concessionária: • Realizar os investimentos necessários à prestação do serviço concedido de forma a atender a demanda nos prazos e nos quantitativos cujos estudos de viabilidade econômica justifiquem a rentabilidade dos investimentos realizados, garantindo sempre a segurança e a justa retribuição do capital investido; • Prestar serviço adequado na forma prevista no contrato e nas normas técnicas aplicáveis; • Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão; • Cobrar as tarifas na forma fixada no contrato; • Prestar contas da gestão do serviço à concedente e aos usuários nos termos definidos no contrato; • Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação dos serviços; e • Permitir aos encarregados da fiscalização, livre acesso em qualquer época, às obras e instalações compreendidas na concessão, bem assim aos respectivos registros contábeis. A companhia tem cumprido com os compromissos e obrigações vinculados ao contrato de concessão. **32. Cobertura de Seguros:** A companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram disponibilizados e/ou examinadas pelos nossos auditores independentes. O montante da cobertura de seguros de responsabilidade civil geral, cobrindo eventuais reclamações de terceiros, relativo às atividades de distribuição de gás natural da companhia é de R$ 5.000 mil, a partir de 30 de dezembro de 2022, em garantia única, com vencimento da apólice em 30 de dezembro de 2023, a qual foi renovada (contratada) e com novo vencimento em 30 de dezembro de 2024. Na modalidade de riscos nomeados, para cobertura do seu sistema de distribuição de gás natural, conta com um seguro que cobre incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, com Limite Máximo de Indenização da Cobertura Básica de R$ 3.000 mil, com a seguinte distribuição: (a) Limite Máximo de Indenização - R$ 2.000 mil, exclusivamente para cobertura do local ETC PILAR e CROMATÓGRAFO; e (b) Limite Máximo de Indenização - R$ 1.000 mil, para cobertura dos demais locais. Conta também com a cobertura adicional de tumultos, greves, *lockouts*, saques e atos dolosos em R$ 200 mil, e cláusula adicional para inclusões e/ou exclusões de bens e/ou locais e/ou alterações de valores, no montante de R$ 1.000 mil, garantia essa que se aplica a variação por aumento, redução ou transferência de ativos. O valor em risco para fins de seguro é de R$ 177.486 mil e com vencimento da apólice em 31 de março de 2024. A companhia possui seguro de vida em grupo para seus empregados correspondente a: • Morte natural ou acidental - 24 salários; • Invalidez permanente total ou parcial por acidente - 48 salários; • Indenização especial por morte acidental - 24 salários; • Invalidez funcional permanente total por doença - 24 salários; • Indenização especial por morte acidental (cônjuge) - 12 salários; • Indenização especial por morte (filhos) - 06 salários. **33. Evento subsequente:** Termo Aditivo - Origem Energia Alagoas S/A. Em alusão ao contrato assinado em 31 de dezembro de 2021, conforme mencionado na nota explicativa nº 12, foi autorizado em 18 de dezembro de 2023, a assinatura do termo aditivo ao contrato de compra e venda de gás natural, alterando o QDC de 640.000 m³/dia para 550.000 m³/dia, a partir de 01 de janeiro de 2024, mantendo as demais condições contratuais inalteradas. Amparada na proposição DITEC nº 089/23, e nos documentos constantes no processo SEI nº E:25529.0000003418/2023, bem como no parecer jurídico nº 253.2023, a autorização ocorreu na 56ª reunião da diretoria executiva (DIREX) do ano de 2023 e foi encaminhada para apreciação e deliberação do conselho de administração.

Maceió/AL, 02 de fevereiro de 2024

Diretoria

José Ediberto de Omena
Diretor-Presidente

Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativa e Financeira

Edison Henrique Barreto
Diretor Técnico e Comercial

Contador

José Edmar Alves Correia
CRC/AL 003723-O-9

Parecer do Conselho Fiscal

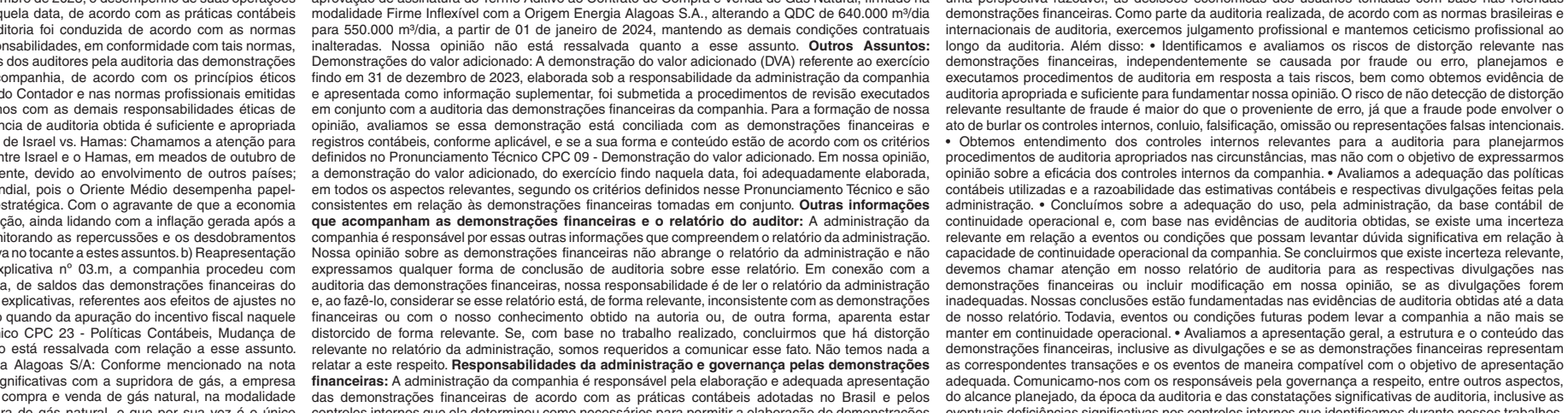
O Conselho Fiscal da **Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS,** no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou (i) o Relatório de Administração e Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), as Demonstrações do Resultado Abrangente (DRA), as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), as Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstrações dos Valores Adicionados (DVA) e Notas Explicativas, assim como o Relatório da Auditoria Independente CONVICTA Auditores Independentes S/S, datado de 23 de fevereiro de 2024, sem ressalvas, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e (ii) a proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, entendendo este Conselho Fiscal que os itens acima referidos estão em conformidade com as normas legais aplicáveis, à situação patrimonial e financeira da Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS e ao resultado de suas atividades, estando em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos senhores acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Maceió/AL, 27 de março de 2024.
George André Palermo Santoro - Presidente do Conselho
Marcelo Vieira Werneck - Membro Efetivo
Bruno do Prado Castilho - Membro Efetivo
Felipe de Carvalho Cordeiro - Membro Efetivo
Bruno Praxedes Leitão - Membro Efetivo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria Executiva da **GÁS DE ALAGOAS S/A - ALGÁS -** Maceió - Alagoas. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **GÁS DE ALAGOAS S/A - ALGÁS** ("**companhia**"), que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2023** e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases:** a) Guerra de Israel vs. Hamas: Chamamos a atenção para nota explicativa nº 01, quanto à eclosão do conflito entre Israel e o Hamas, em meados de outubro de 2023, reverberando na economia global; principalmente, devido ao envolvimento de outros países; podendo levar ao recuo do crescimento do PIB mundial, pois o Oriente Médio desempenha papel-chave como fornecedor de energia e rota marítima estratégica. Com o agravante de que a economia global atualmente está em um momento de recuperação, ainda lidando com a inflação gerada após a invasão da Rússia à Ucrânia. A companhia vem monitorando as repercussões e os desdobramentos desses assuntos. Nossa opinião não apresenta ressalva no tocante a estes assuntos. b) Reapresentação dos saldos do exercício anterior: Conforme nota explicativa nº 03.m, a companhia procedeu com reapresentação de forma retrospectiva e espontânea, de saldos das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e notas explicativas, referentes aos efeitos de ajustes no resultado financeiro líquido e que não foi considerado quando da apuração do incentivo fiscal naquele exercício, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto. c) Fornecedor e aquisição de gás - Origem Energia Alagoas S/A: Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a companhia possui transações significativas com a supridora de gás, a empresa Origem Energia Alagoas S/A, conforme contrato de compra e venda de gás natural, na modalidade firme inflexível, decorrente essencialmente de compra de gás natural, e que por sua vez é o único fornecedor do referido produto para a companhia. Devido a uma paralização programada da Origem Energia Alagoas S/A, em dezembro de 2023, a companhia supriu sua demanda por meio de transações com a Galp Energia Brasil S/A. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. d) Benefício fiscal - IRPJ - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE): Chamamos atenção para a nota explicativa nº 26, pois a companhia possui o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, por um prazo de 10 anos, contados a partir do ano-calendário de 2019 e se encerrando em 31 de dezembro de 2028, conforme Laudo Constitutivo nº 0135, de 29 de novembro de 2019, da SUDENE. Nossa opinião não está ressalvada quanto a esse assunto. e) Participação acionária na companhia: Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 28, quanto ao fato de que em outubro de 2023, a Compass Gás e Energia S.A. e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda, sócias da Commit Gás S/A, realizaram uma cisão parcial da sociedade e criaram a Norgás S/A, que passou a ser detentora das ações que pertencia a Commit Gás S/A, consequentemente levando a alteração na composição acionária da **GÁS DE ALAGOAS S/A - ALGÁS**. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. f) Evento subsequente - Fornecedor e aquisição de gás: Chamamos atenção para a nota explicativa nº 33, quanto ao fato da aprovação de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, firmado na modalidade Firme Inflexível com a Origem Energia Alagoas S.A., alterando a QDC de 640.000 m³/dia para 550.000 m³/dia, a partir de 01 de janeiro de 2024, mantendo as demais condições contratuais inalteradas. Nossa opinião não está ressalvada quanto a esse assunto. **Outros Assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado, do exercício findo naquela data, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na autoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, exceto se a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro sendo consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, 23 de fevereiro de 2024
C O N V I C T A
Auditores Independentes S/S
CRC/AL nº 196 - CVM nº 7.706 - CNAI-PJ n° 62
Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 - CNAI nº 594



ASSINADO POR
sDoc
COOPERATIVA DE PRODUCAO E TRA PJ
CNPJ 08951056000133
ACT-Safeweb 11/04/2024 22:44:29